



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESIGUALDADES: QUAIS OS RECADOS PARA A COP-30?

CLIMATE CHANGES AND INEQUALITY: WHAT ARE THE MESSAGES FOR COP-30?

CAMBIO CLIMÁTICO Y DESIGUALDADES: CUALES SON LOS MENSAJES PARA EL COP-30?

VULNERABILIDADES E CRISE SOCIOAMBIENTAL

Coordenador 1

CAMPOS, Candido Malta

Doutor; PPGAU / FAU / Mackenzie
candido.campos@mackenzie.br

Coordenador 2

CANEZ, Anna Paula

Doutora; PPGMUSPA / FA / UFRGS
annapaulacanez@yahoo.com.br

Trabalho 1

SOMEKH, Nadia

**URBANISMO CORPORATIVO E EXCLUSÃO AMBIENTAL: A REGULAÇÃO DA
DESIGUALDADE**

Doutora; PPGAU / FAU / Mackenzie
nadiasom@terra.com.br

Trabalho 2

CANEZ, Anna Paula

"UM DIA ME DISSERAM QUE AS NUVENS NÃO ERAM DE ALGODÃO"

Doutora; PPGMUSPA / FA / UFRGS
annapaulacanez@yahoo.com.br

Trabalho 3

PINHO, Taynara do Vale Gomes

**CRISE ECOLÓGICA E URBANIZAÇÃO: DESAFIOS E ALTERNATIVAS EMERGENTES DA
AMAZÔNIA FRENTE À COP-30**

Mestre; CESUPA; Doutoranda na UFPA
taynaragomes@gmail.com

Trabalho 4

SILVA NETO, Manoel Lemes da

MUDANÇAS CLIMÁTICAS PODEM IMPULSIONAR O PERÍODO PÓS-GLOBALIZAÇÃO?

Doutor; POSURB-ARQ / PUC / Campinas
manoel.lemes@puc-campinas.edu.br



APRESENTAÇÃO

Submetemos esta proposta de simpósio temático ao Oitavo Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ 8 - Encruzilhadas, Convergências e Dispersões; sob o impacto da catástrofe de chuvas, enchentes e deslizamentos que continua atingindo o Estado do Rio Grande do Sul. Muitas análises têm enfatizado o papel das alterações climáticas globais, regionais e locais na dimensão dessa tragédia. E algumas, mais recentes, apontam que as populações mais socialmente desfavorecidas foram mais duramente prejudicadas.

Inferimos que há uma relação não apenas circunstancial, mas causal entre os dois fenômenos. Ao acirramento das desigualdades crescentes nas cidades brasileiras, e do mundo, se soma o acirramento das mudanças climáticas, que culminam em desastres cada vez mais agudos; os quais, por sua vez, atingem majoritariamente os territórios urbanos ocupados pelas populações mais vulneráveis e de menor renda. No caso da urbanização brasileira em específico, isso se dá por mecanismos que se perpetuam historicamente, em nosso processo de produção do espaço urbano.

Já há tempos estamos estudando essa história recorrente, mais recentemente em projeto apoiado pelo CNPq e o Fundo Mackpesquisa, A Cidade das Desigualdades, que se propõe a verificar como esses processos, que muitas vezes incluem itens de regulação e desregulação, agravam as diferenças sociais, urbanísticas e ambientais, que provocam eventos de proporções cada vez mais graves.

Propomos que essa simpósio temático seja uma colaboração de experiências entre várias regiões brasileiras, com a meta de enunciar alguns recados para a COP-30, trigésima Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que será realizada no Brasil em novembro de 2025. Pretende-se ampliar as discussões entre os diferentes agentes do processo urbano, que tragam novas perspectivas sobre as legislações e outros instrumentos urbanísticos operantes, de emergência e futuros, com foco na mitigação ou redução das desigualdades. Ou seja, discutir a exequibilidade dos elementos que possibilitam o projeto e a concretude de formas urbanas menos desiguais, em sincronia com o combate das assimetrias espaciais, sociais e ambientais características das cidades brasileiras.

A priorização do planejamento urbanístico sempre foi um desafio problemático no Brasil. Há mais de cem anos, quando muitas cidades brasileiras adquiriram um extraordinário impulso de crescimento, emergiram interesses voltados à exacerbação de tendências expansionistas, traduzidas em um permanente *boom* da construção civil, em fortes pressões pelo crescimento dos perímetros urbanos, muitas vezes sobre territórios ecologicamente frágeis, tendo como consequência uma ocupação extensiva por meio de arruamentos, principalmente irregulares, e ocupações, que conformam uma periferia em expansão contínua. O ciclo econômico hoje em vigência - terciarização e financeirização, atreladas ao modelo neoliberal e à economia globalizada - têm reiterado a posição dominante das grandes cidades no panorama brasileiro, reforçando seu poder de atração e a rapidez das mudanças em suas conformações urbanas. E



o mais importante, como mananciais de oportunidades para investimentos e ganhos imobiliários, numa vertente que podemos denominar de urbanismo corporativo. A despeito das inovações estabelecidas pela prática de planejamento e dos instrumentos no século XXI, há inúmeras e crescentes instâncias de apropriação desses ganhos pela iniciativa privada, particularmente o setor imobiliário.

Nesses processos de urbanização acelerada, necessidades ambientais foram constantemente atropeladas pelo ímpeto expansionista, em que diferentes grupos econômicos, setores dominantes, classes proprietárias e frações de capital encontraram um terreno comum na exploração dos ganhos proporcionados pela valorização do solo urbano. No Brasil, somam-se às contingências de uma economia dependente, e de uma sociedade profundamente desigual, a prioridade concedida ao ganho imobiliário urbano - muitas vezes menos considerado, em relação às propriedades rurais - nos quais ambos, de maneira cúmplice e complementar, vêm deixando as preocupações ambientais em segundo plano.

Não faltam planos, formulações teóricas nem elementos técnicos. Mas o que verificamos é que a incorporação dos avanços urbanístico-ambientais sempre esbarraram nos limites inerentes à situação brasileira. Nossas estruturas sociais nunca admitiram a efetiva integração das camadas mais vulneráveis. Nossa economia dependente, e nossa persistente desigualdade, vem expulsando as populações de menor renda para condições ecologicamente cada vez mais precárias, o que se traduz em catástrofes repetidas e anunciadas nos últimos anos, das quais a de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, é a mais recente e evidente.

Todos concordam com a necessidade de uma revisão geral do quadro existente, porém diversas iniciativas nesse sentido não alcançaram ainda a ressonância social necessária e o nível de debate indispensável para se tratar adequadamente a questão. Os mecanismos presentes no processo de produção do espaço, muitas vezes reforçados pelas políticas de intervenção do poder público, exacerbam a supervalorização fundiária de determinadas áreas e, em contrapartida, dificultam o acesso formal à moradia por parte da população de menor renda, o que repercute no fato de que a imensa maioria de nossas grandes cidades encontram-se ocupadas de maneira precária e/ou irregular, muitas vezes em condições ambientais absolutamente desfavoráveis, em territórios alagadiços, sujeitos a deslizamentos, situados em ilhas de calor, em situações de qualidade urbanística e arquitetônica que necessitam de urgente melhoria (para os quais não faltam arquitetos e urbanistas capacitados), etc.

É preciso aplicar os instrumentos autorizados constitucionalmente, e consubstanciados no Estatuto da Cidade, para que a terra urbana em processo de constante valorização não se torne o principal elemento de exclusão social e ambiental. Os atuais dilemas exigem uma visão abrangente das diferentes alternativas de intervenção urbanística. De um modo geral, como fazer com que as forças sociais se articulem por uma cidade melhor? Como adequar a legislação às novas demandas globais e ambientais, tendo em vista a convivência entre velhos e novos problemas urbanos? Enquanto novos problemas ganham força, os velhos ainda não foram resolvidos. Não bastam planos e leis exemplares se estes não se apoiam na legitimação e participação das forças sociais atuantes em nível nacional. Como propiciar então a



enan
PARQ
8

construção da legitimidade social de uma postura urbanístico-ambiental menos desigual, mais avançada e mais socialmente justa, que se torna uma problemática cada vez mais urgente?

Para isso, convocamos a ENANPARQ para assegurar uma participação mais abrangente na COP-30, e ao mesmo tempo convocamos uma participação mais ampla no debate e na definição dos parâmetros de planejamento e regulação ambiental e urbanística, incorporando fóruns tradicionais como os órgãos técnicos, as diferentes instâncias legislativas, universidades e grupos de pesquisa, as entidades de classe, como o CAU e os IABs regionais e nacional, o Poder Judiciário, e a sociedade civil, os movimentos populares e as organizações não-governamentais. Talvez o caminho para a construção de uma cidade mais democrática, mais ambientalmente equilibrada e mais justa, seja o de fomentar uma consciência generalizada dessas questões, nas quais preocupações urbanísticas, ambientais e também históricas se combinam - e das soluções já propostas, em proposição, e como possibilidades futuras.

Esta proposta de simpósio temático está estruturada em quatro resumos de trabalhos: o primeiro, elaborado pela Profa. Dra. Nadia Somekh, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil, trata da relação entre a exclusão ambiental em nossas cidades, com atenção especial para o caso de São Paulo, com o que ela define de uma forma bastante original como urbanismo corporativo.

Ou seja, a apropriação do planejamento urbano, em particular da legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo, pelos agentes do processo imobiliário - e, mais recentemente, com a presença cada vez maior de um setor financeiro especializado, que aplica, em imóveis comerciais, e crescentemente em imóveis residenciais, uma modalidade de investimento em dimensão muitas vezes internacional. A cidade se torna vertical, mas pouco densa, deslocando as camadas de menor renda para distâncias cada vez maiores, em espaços cada vez mais ambientalmente, ecologicamente e territorialmente precários.

O segundo trabalho, elaborado pelo Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil, se propõe a mapear uma possível trajetória para a superação do atual modelo globalizado e neoliberal, insistindo, como nunca é demais lembrar, que é necessário unificar de maneira mais intensa as dimensões geográfica, territorial e urbanística com as diferentes dimensões climáticas, ambientais, de recuperação e preservação.

Destaca-se nesta proposta uma posição eminentemente política, em que se aventa a eventualidade da crise climática mundial ser o estopim de uma possibilidade de mudança, do quadro contemporâneo, estruturalmente inviável e mesmo suicida, nas condições econômicas contemporâneas - com os consequentes impactos sociais, ambientais, territoriais e urbanísticos - para a perspectiva de um novo paradigma da pós-globalização.



Em seguida temos o terceiro trabalho, elaborado pela Profa. Mestre (e Doutoranda na Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil) do Centro Universitário do Pará, Belém, Pará, Brasil. Este trata, a partir de uma discussão extremamente interessante, que abrange as dimensões regional, nacional e internacional, das dificuldades da disciplina urbanística em incorporar processos de urbanização informais e vernaculares, enfocando, mais especificamente, as cidades da Amazônia. Também é uma proposta que estabelece, de maneira mais explícita, a contribuição de nossa simpósio temático para os "recados" que queremos transmitir à trigésima Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP-30, que será realizada no Brasil, prevista para Belém do Pará, em novembro de 2025. E o que é mais irônico, a preparação da COP-30, segundo a autora, repete os mesmos problemas historicamente vinculados ao urbanismo excludente e desigual...

O quarto e último trabalho, elaborado pela segunda coordenadora da simpósio temático, a Profa. Dra. Anna Paula Canez, vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, traz a questão mais urgente que enfrentamos no Brasil no momento de submeter esta proposta, que é a catástrofe das enchentes que atingem o Estado do Rio Grande do Sul. O título, "Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão", trecho da letra da música "Somos quem podemos ser", da banda Engenheiros do Hawaii, lançada em 1988, é uma provocação e também uma indagação. Se somos quem podemos ser, podemos propor soluções alternativas que mitiguem e reduzam as desigualdades, que combinam, cada vez de maneira mais aguda, a questão ambiental e a questão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana:** Do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme. Rivera de; ZIONI, Silvana M. Avaliação de políticas urbanas. In: ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti & CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de (orgs.). **Avaliação de políticas urbanas:** Contexto e perspectivas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2010, p. 12-41.

ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Avaliação de Políticas Urbanas a partir do Estatuto da Cidade. In: GOULART, Jefferson O. (org.). **As múltiplas faces da Constituição Cidadã.** São Paulo: Cultura Acadêmica / UNESP, 2009, p. 117-132.

ALVIM, Angelica A. Tanus Benatti; MARQUES, A. L. & SILVA, Lorena de Oliveira. "Política urbano-ambiental e gestão de recursos hídricos: O caso da sub-bacia Juqueri-Cantareira." In: Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos / As metrôpoles e o direito à cidade: Dilemas, desafios e esperanças. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional UFRJ / Observatório das Metrôpoles, 2019.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha.** São Paulo: Edusp, 2ª edição revista, 2014.

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.



ASCHER, François. **Les nouveaux principes de l'urbanisme / Lexique de la ville plurielle**. Paris: l'Aube, 2010.

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz; SOMEKH, Nadia; MEULDER, Bruno de. "O rio, a ferrovia e a marginal: Infraestrutura e ambiente na ocupação da várzea do Tietê em São Paulo." *CADERNOS METRÓPOLE PUC / SP*, v. 22, 2020, p. 527 - 553.

BONDUKI, Nabil. "São Paulo au tournant du XXI^e siècle: La ville, sa culture et la lutte contre l'exclusion." *PARACHUTE*, Canada, v. 116, 2004, p. 94-104.

BONDUKI, Nabil. "O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido." *REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS / USP*, São Paulo, v. 25, 2011, p. 23-36.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza, 2010.

BORJA, Jordi. **Revolución urbana y derechos ciudadanos**. Madrid: Alianza, 2013.

CAMPAGNER, Larissa & CALDANA, Valter (orgs.). **Projetos Urbanos em São Paulo**: Oportunidades, experiências e instrumentos. Rio de Janeiro: Llivre Expressão, 2011.

CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel & NAKANO, Kazuo. Dinâmicas dos subespaços na área central de São Paulo. In: COMIN, Álvaro & SOMEKH, Nadia (orgs.). **Caminhos para o centro**: Estratégias de desenvolvimento para a área central de São Paulo. São Paulo: CEBRAP / CEM / Emurb, 2004, p. 123-157.

CAMPOS, Candido Malta; SOMEKH, Nadia. "Regulating inequality: Origins and transformation of São Paulo's zoning laws." In: *Proceedings of the 14th International Planning History Society Conference: Urban Transformation: Controversies, Contrasts and Challenges*. Istambul, Julho de 2010. Istambul: IPHS, 2010, p. 1-14.

CAMPOS, Candido Malta. "A esfera técnica e o jogo político em São Paulo: O Relatório Moses." In: *Anais do XV ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR – Desenvolvimento, planejamento e governança*. Recife, maio de 2013. Recife: UFPE, 2013, p. 1-15.

CAMPOS, Candido Malta. "Urbanismo e anti-urbanismo no debate nacional." *REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS / USP*, São Paulo, v. 29, n. 85, set. a dez. de 2015, p. 217-236.

CAMPOS, Candido Malta & SILVA, Hugo Louro e. "O mercado imobiliário residencial na Operação Urbana Centro, São Paulo (1984-2006)." *Revista PROJETAR PROJETO E PERCEPÇÃO DO AMBIENTE*, Natal, v. 1, n. 2, agosto de 2016, p. 70-80.

CARLOS, Ana Fani Alessandro (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope**. Cambridge: Polity, 2012.

CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João & CARDOSO, Gustavo (orgs.). **Aftermath: The culture of the economic crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947-1972**. São Paulo: Edusp, 2006.



FERREIRA, Paulo Emilio Buarque. **O filé e a sobra: as favelas no caminho do capital imobiliário.** Tese de Doutorado, FAU / USP, 2017.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão.** São Paulo, Boitempo, 2005.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **Le capitalisme contre le droit à la ville.** Paris: Ed. Amsterdam, 2011.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KOWARICK, Lucio (org.). **Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lucio & MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: Novos percursos e atores.** São Paulo: Editora 34, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles & CHARLES, Sebastien. **Os tempos hipermodernos.** Lisboa: Edições 70, 2020.

MACHADO, Denise Pinheiro (org.). **Sobre urbanismo.** Rio de Janeiro: Vina & Mosely, Prourb, 2006.

MACHADO, Denise Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva & SILVA, Rachel Coutinho Marques da (orgs.). **Urbanismo em questão.** Rio de Janeiro: Prourb, 2003.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEYER, Regina Maria Prosperi & GROSTEIN, Marta Dora. **A leste do centro: Territórios do urbanismo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

MILITELLI, Fernanda Amorim. "Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): Aplicação no Plano Diretor de São Paulo. O caso da Operação Urbana Água Espreada." *Revista NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE CIDADES*, v. 1, 2013, p. 1-19.

MILITELLI, Fernanda Amorim. **Cidade compacta e Zona de Estruturação Urbana em São Paulo: Aproximações e dissonâncias.** Tese de Doutorado, PPGAU / FAU / UPM, São Paulo, 2021.

NETTO, Vinicius de Moraes. **Cidade e sociedade: As tramas da prática e seus espaços.** Porto Alegre: Sulina, 2014.



REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS, Nestor Goulart (org.). **Sobre dispersão urbana.** São Paulo: Via das Artes, 2009.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sergio de (orgs.). **Cultura política, cidadania e voto.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito:** São Paulo, espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** Chapecó: Argos, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade:** O caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2014.

SENNETT, Richard. **Respect:** The formation of character in an age of inequality. London: Penguin, 2004.

SENNETT, Richard. **Together:** The rituals, pleasures and politics of cooperation. New Haven: Yale University Press, 2012.

SILVA, Hugo Louro e. **A produção imobiliária na região central de São Paulo.** São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

SILVA, Hugo Louro e & CAMPOS, Candido Malta. "A economia brasileira e o mercado imobiliário: Uma síntese das últimas décadas." *PÓS / REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAU / USP*. São Paulo, v. 25, n. 45, jan-abr 2018, p. 118-131.

SILVA, Hugo Louro e. **Estado, mercado e a produção imobiliária residencial de São Paulo, 2014-2018.** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, FAU, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SILVA NETO, Manoel Lemes & OLIVEIRA, F. M. G. "Do direito à cidade ao direito dos lugares." *URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA*, v. 12, 2020, p. 1-15.

SOMEKH, Nádia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Studio Nobel, 1997; 2ª edição São Paulo: Romano Guerra, 2014.

SOMEKH, Nadia & CAMPOS, Candido Malta (orgs.). **A cidade que não pode parar:** Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002; 2ª edição São Paulo: Mackpesquisa e Editora Mackenzie, 2008.



SOMEKH, Nadia & SIMÕES JUNIOR, José Geraldo (orgs.). **Bexiga em três tempos**: Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Romano Guerra, 2020.

SOMEKH, Nadia & MILITELLI, Fernanda Amorim. A questão ambiental e o mito da cidade compacta em São Paulo. In: JACOBI, P. R.; RICARDEZ, M. F. B.; TORRES, P. H. C.; FLORES, S. Z. A. V. (orgs.). **Dilemas Ambientais-Urbanos em duas metrópoles latino americanas**: São Paulo e Cidade do México no século XXI. Jundiaí: PACO Editorial, 2021, p. 75-87.

TOPALOV, Cristian. **La urbanización capitalista**. Cidade do México: Edicol, 1979.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZIONI, Silvana; OLIVEIRA, L. H. W. ; SIQUEIRA, G. D. P. . Logística e mobilidade em São Paulo: Escolhas contraditórias e insustentáveis. In: JACOBI, P. R.; RICARDEZ, M. F. B.; TORRES, P. H. C.; ZIONI, Silvana; FLORES, A. V. (orgs.). **Dilemas ambientais-urbanos em duas metrópoles latino-americanas**: São Paulo e Cidade do México no Século XXI. Jundiaí: PACO Editorial, 2021, p. 363-388.

ZIONI, Silvana; MOMM, S.; TRAVASSOS, L.; MORENO, R.. Cidades e comunidades sustentáveis. In: FREY, K.; TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. (orgs.) **Objetivos do desenvolvimento sustentável**: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista. Santo André: EdUFABC, 2020, p. 190-203

ZIONI, Silvana. Transportes e mobilidade urbana: Desafios da adaptação às mudanças climáticas na Macrometrópole Paulista. In: TORRES, Pedro; JACOBI, Pedro R.; BALBI, Fabiana & GONÇALVES, Leandra R. (orgs.). **Governança e planejamento ambiental**: Adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 100-113.



RESUMO do Trabalho 01

URBANISMO CORPORATIVO E EXCLUSÃO AMBIENTAL: A REGULAÇÃO DA DESIGUALDADE

As cidades brasileiras foram pautadas pela exclusão e crescente desigualdade desde o seu surgimento. Entendemos que o aqui denominado Urbanismo Corporativo, praticado em São Paulo e nas demais grandes cidades brasileiras, agravou a situação.

O que é Urbanismo Corporativo?

Nossa definição de urbanismo corporativo baseia-se na metrópole corporativa de Milton Santos e na definição de Ana Fernandes, constatando que a legislação praticada em muitas das grandes cidades do Brasil vem progressivamente reproduzindo desigualdades, através da exclusão sistemático do acesso à moradia formal por parte das classes de mais baixa renda.

Em São Paulo, desde 1957, com a lei 5.261, que definiu coeficientes de aproveitamento de 4 para edifícios residenciais e 6 para edifícios comerciais, e uma cota mínima de 35 metros quadrados por unidade habitacional, a produção de apartamentos excluiu os mais pobres das anteriores quitinetes, expulsando os menos favorecidos para os loteamentos periféricos.

Hoje, na discussão recente da revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014, e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2016, efetivadas em 2023, o debate gira em torno dos coeficientes de aproveitamento e dos miolos de bairro, com a ampliação dos raios das estações de metrô e consequentemente das áreas construídas (muitas vezes sem o adensamento populacional que era esperado), sem a discussão necessária de equacionar a cidade periférica e precária, as áreas permeáveis, a falta de aplicação da cota de solidariedade, e o combate mais abrangente às mudanças climáticas.

Repete-se um fenômeno dos anos 1950, quando uma lei municipal incentivou a construção de edifícios com grandes apartamentos na região central, acabando com as quitinetes, que eram uma forma de moradia da população de classe média baixa. Hoje temos um processo imobiliário marcado pela financeirização, no qual apartamentos são vendidos para investidores e submetidos a aluguéis por temporada.

Resulta disso que São Paulo é uma cidade vertical, mas não densa, como muitos imaginam. Com o espraiamento territorial, a falta de concentração de densidade causa outra desigualdade, pois exclui os segmentos de menores recursos do acesso aos bairros com melhor infraestrutura, e maior acesso aos diferentes modais de mobilidade.

A forma urbana da cidade espelha essas desigualdades. Perdeu-se a relação generosa que já houve entre a qualidade dos edifícios e o espaço público. A chamada necessidade de segurança disseminou condomínios fechados, que não propiciam espaços públicos democráticos.



Hoje, torna-se fundamental uma análise crítica de tais instrumentos, bem como as formas de sua aplicação pelos atores públicos e privados. Também temos que lembrar uma das principais desigualdades: o financiamento. Os recursos de financiamento disponibilizados pelo Estado ou pela iniciativa privada para a produção habitacional não atendem famílias com renda menor que 1,5 salário mínimo. O resultado é que ainda temos um uso insuficiente de mecanismos de financiamento e da aplicação dos princípios do Estatuto da Cidade.

O artigo 182 da Constituição Federal de 1988 prevê que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Foram necessárias décadas para que a aprovação do Estatuto da Cidade traduzisse isto em uma legislação minuciosa, que regulamentou diferentes instrumentos urbanísticos – dos quais se valeriam os Planos Diretores Estratégicos e as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo. Até hoje muitos ficaram sem implementação.

Contudo, duas décadas depois, o que se constata é que as desigualdades da ocupação do território em São Paulo se exacerbaram, ao invés de serem mitigados os distanciamentos sociais e espaciais. De certa maneira, processos político-sociais, utilizando-se da legislação urbanística, acabaram colocando-a contra si mesma.

Na prática, pontos da regulação urbanística, com seus instrumentos, planos e propostas, fragmentaram ainda mais a capital paulista – a demonstrar que um dos principais desafios da São Paulo contemporânea é a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas, através de um pensamento urbano racional, inclusivo e ambientalmente responsável.

Muitas são as desigualdades históricas de São Paulo, e uma das mais flagrantes é fruto de um processo de espraiamento territorial e de elitização do crescimento vertical da cidade, o que a legislação recente não apenas não conseguiu estancar, mas, ao contrário, reforçou.

Pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU / BR, de 2020 revela que, além de um déficit habitacional de cerca de 6 milhões de moradias novas, 25 milhões de domicílios existentes (1/3 do total) tem algum tipo de inadequação, sendo 11 milhões com carências edilícias, como ausência de banheiro exclusivo, cômodos improvisados em dormitórios e falhas de cobertura e pisos. O que demonstra que habitação social é uma questão de saúde pública, o que foi evidenciado pela pandemia de Covid.

A assistência técnica em habitação de interesse social, promovida pelo poder público, prevista na Lei da ATHIS (11.888/2008), pode se tornar o instrumento para disponibilizar os serviços dos arquitetos para a população de baixa renda, de forma gratuita, uma vez que o poder público remuneraria a elaboração de projetos de reformas e construções.

Um dos mitos sustenta a defesa do frenético ritmo de verticalização dos bairros centrais da cidade com o argumento de que a transformação irá adensar a ocupação da região. A verticalização é um grande passo na solução do aproveitamento do espaço, no entanto, o



modo como ela se deu em São Paulo contribuiu para que a cidade nunca concretizasse um projeto de urbanidade consistente e efetivo. O que está ocorrendo é a continuidade da elitização da produção imobiliária, com edifícios residenciais de alto padrão, apartamentos para poucos moradores, voltados para um novo rentismo “airbnb”, o que não significa, portanto, uma resultante de densidade alta.

Como os arquitetos podem definir diretrizes efetivas de reversão das desigualdades socioeconômicas e ambientais? Como diz a Professora Emérita Ermínia Maricato, não faltam leis, não faltam planos, mas qual mobilização possível para salvar nossas cidades e nosso planeta?



RESUMO do Trabalho 02

MUDANÇAS CLIMÁTICAS PODEM IMPULSIONAR O PERÍODO PÓS-GLOBALIZAÇÃO?

Agudização das mudanças climáticas, negacionismo escancarado, necropolítica combinam com globalização — globalização neoliberal.

Chuvas, enchentes, deslizamentos forçam, hoje, rio-grandenses-do-sul a somarem-se ao triste número de refugiados do clima, que se juntam aos refugiados da perseguição política, dos conflitos armados e guerrilhas, dos que sofrem com a fome, discriminação racial, social, religiosa etc.

Os mais atingidos são os mais pobres, e os mais pobres urbanos. Desigualdades sociais, mudanças climáticas e cidades são uma síntese perfeita dos fatores que explicam a perversidade da globalização. O processo “constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea”, diria o geógrafo Milton Santos (1994, p. 48).

Existem saídas para todas essas questões. Há um arsenal imenso de pistas, ações e projetos pensados por cientistas e intelectuais, agentes sociais, líderes identificados com as causas democráticas e libertárias, por gente comum, por todos aqueles que rechaçam a tendência hegemônica de unificação do planeta e do mundo.

No entanto, as respostas possíveis de serem obtidas com a aplicação dessas medidas estão longe de efetivarem mudanças concretas, ou de reagirem imediata e inadiavelmente tal como exigido atualmente.

Em Ana Clara Torres Ribeiro, as transformações reivindicadas pela centralidade do social vão mais longe: estão no patamar da ação política, que está “para além da reprodução e de limites institucionais”, isto é, “para além da coisa como ela está agora, das relações sociais como elas estão desenhadas neste momento” (2014, p. 57-102).

O problema ambiental, da pobreza e da desigualdade socioespacial na cidade são, portanto, problemas situados na alçada da política. Técnicas e artefatos podem contribuir, mas não podem mudar. Afinal, a mudança não está na natureza dos objetos e das coisas, mas, sim, na natureza da ação política.

Nas cidades, a planificação urbanística reclama pensar a reunião de coisas e ações, de técnica e política. Será isso que permitirá lidar com a complexidade de temas híbridos, como, por exemplo, a indissociabilidade entre mudanças climáticas e desigualdades sociais.

Outros exemplos: cidade e gênero; cidade e envelhecimento.



De comum, no pano de fundo, a globalização, ou globalitarismo, como Milton Santos definiu para referir-se à “tirania da informação e do dinheiro e o atual sistema ideológico” (2000, p. 38-55).

Entre os principais entraves à mudança, lá está o papel da ideologia, e no quanto encontra-se inculcada nas sociedades para impedir a ideia de que o projeto que aí está não é o único possível.

Ela está na sociologia do presente, de Ana Clara Torres Ribeiro, em “Teorias da Ação” (2014); no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2000), de Milton Santos; e na dimensão ideológica como fator associado à segregação socioespacial, em “Espaço intraurbano no Brasil”, de Flávio Villaça (2001, p. 343-360).

O processo atual de globalização pode estar por um triz. O que o mantém é a crença de que ele está aí para ficar, o que não é verdade.

Primeiramente, a globalização está no curso da história, que muda, que elege e sepulta impérios. Depois, porque há inúmeras pequenas mudanças sociais que avançam na contramão hegemônica. Acumuladas, decuplicam as chances de transformações estruturais.

E somos muitos. Mais de 8 bilhões de pessoas. A capacidade de suporte estimada do planeta é 4,5 bilhões. Cerca de 1 bilhão de seres humanos, 22% da população, vivem em situação de pobreza. Em 2022, 5 bilhões, cerca de 63%, acessavam a internet.

Em tempos de globalização, a *fricção demográfica* é a grande facilitadora da organização popular, da inventividade, da sociodiversidade e da cultura insurgente.

No Brasil de hoje, pode-se dizer que o evento climático no Rio Grande do Sul foi o primeiro cataclismo nacional que acendeu o sinal de alerta de que o mundo pode mudar, e que pode ser hoje. Apesar de ser um importantíssimo sinal de alerta, não é o único a denunciar instabilidades estruturais e a necessária suplantação do *status quo* comandado pelas forças hegemônicas. A Covid 19 mostrou o quanto somos naturalmente indefesos, e mais ainda se estivermos em ambiente político hostil e avesso à ciência.

Na cidade neoliberal, epicentro da crise societária definida por Ana Clara, acentua-se “a fragilização dos processos de sociabilização”, decorrente da “financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade que objetivam o embelezamento de áreas privilegiadas e a circulação confortável para somente alguns segmentos da população urbana”, implicando, afinal, em “carência de civilização” e “carência de urbanidade” (2013, p. 213-214).

A febre da inovação, ou inovacionismo, igualmente contribui para a desestabilização dos territórios. A inovação é nova categoria política, seu caráter é estritamente neoliberal e, graças à utilização massiva da ciência e da tecnologia, está voltada ao aumento exponencial da produtividade e dos lucros (GODIN, 2012; GARCIA, 2019).



Assistimos a processos simultâneos que integram a totalidade histórica e socialmente constituída. Uma vez partes constituintes da totalidade em movimento, planos, aspirações, desejos e projetos, pensados e colocados em prática por sujeitos coletivos, movem-se rumo à ampliação de sentidos da igualdade social e da liberdade humana.

Sim, as mudanças climáticas podem ser o estopim de passagem ao período pós-globalização, em grande escala. Em pequena escala, a pós-globalização já acontece nos movimentos microsociológicos e no cotidiano de outra economia política praticada pelos homens comuns e territorializada nos lugares. E com ela, o deflagrar de outras medidas inadiáveis — no mínimo, no campo da saúde, da crise societária e do inovacionismo.

Se a globalização é paradigma para se pensar o mundo contemporâneo, o futuro, o projeto para um novo tempo ou para os tempos novos pressupõe imaginar um mundo pós-globalização. Ou, ao menos, outra globalização — a globalização como possibilidade opositora ao projeto dominante e hegemônico de globalização.

Pandemia, endemia, mudanças climáticas, crise societária e mais o que acompanha a sociedade de risco, de Ulrich Beck (2012), da distribuição de malefícios decodificados como conflitos de responsabilidade distributiva que acompanham a megatecnologia nuclear e química, pesquisa genética, supermilitarização e miséria crescente. Seriam esses os vários fatores que impulsionam o paradoxo, contradição em estado puro, para qual não há outra possibilidade que não seja a mudança. A transformação da cultura de massas em cultura popular, da globalização neoliberal ao período popular, cenários futuros que entram pelas portas dos fundos, mas que anunciam mudanças que paulatinamente trarão a centralidade do social, um processo que apenas se completará ao final dos reajustamentos sucessivos impulsionados por duas “grandes mutações”.

Uma, a mutação tecnológica, acompanha a emergência das técnicas da informação. Outra, a mutação filosófica da espécie humana, outrora tão distante, que se aproxima com os últimos acontecimentos em escala mundial, impulsionada pelo novo sentido dado “à existência de cada pessoa e, também, do planeta” (SANTOS, 2000, p. 174).

A mutação tecnológica, em especial, presta-se à associação com o saber fazer da arquitetura. Trata-se de sua utilização democratizada, quando então “poderiam ser técnicas doces, a serviço do homem, constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis”. Assim os materiais e processos construtivos da arquitetura podem ser igualmente flexíveis, dóceis e adaptáveis (SILVA-NETO).

Destarte, ficam postas a noção ampliada da arquitetura e do urbanismo e a possibilidade de elaboração do projeto do futuro no presente — a utopia científica de Marcuse lembrada por Milton Santos.

REFERÊNCIAS



enan
PARO
8

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 11-87.

GARCIA, José Luís. Uma tarefa crucial para a economia política: a crítica da inovação tecno-liberal. A Crucial Task for the Political Economy: A Critique of Techno-liberal Innovation Une tâche cruciale pour l'économie politique: la critique de l'innovation techno-libérale. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 119, p.171–198, 2019.

GODIN, Benoît. An old word for a new world, or the de-contestation of a political and contested concept. **Challenging the Innovation Paradigm**, [s. l.], n. 9, p.37–60, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço – vol. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Record: Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Milton Santos 20 anos – arquitetura e urbanismo, técnicas doces. ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes. **Instabilidade dos territórios [recurso eletrônico]**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.



RESUMO do Trabalho 03

CRISE ECOLÓGICA E URBANIZAÇÃO: DESAFIOS E ALTERNATIVAS EMERGENTES DA AMAZÔNIA FRENTE A COP-30

O atual cenário de crise ecológica e sistêmica na urbanização desafia um modelo de ocupação territorial que se consolidou no país ao longo dos últimos quatro séculos. Esse modelo foi sustentado por um “ideal” de urbanização abrangendo aspectos como desenho urbano, moradia, infraestrutura, mobilidade e espaço público. Este padrão territorial tem suas raízes em um imaginário global e colonial, que estabelece pressupostos gerais e homogêneos para todos os contextos. Originado de uma perspectiva eurocêntrica, esse ideal baseia-se na urbanização industrial, numa economia formal, numa lógica mecanicista e cartesiana, em um raciocínio universal e na imposição de arranjos sociais e familiares padronizados (Mignolo, 2017; Roy, 2015). Historicamente, as teorias, programas, políticas e projetos de urbanização foram desenvolvidos a partir dessa perspectiva, predominantemente metropolitana e neoliberal, cujas estratégias visaram a dominação, mercantilização, subordinação da natureza e da vida, e acumulação de capital (Polanyi, 2011; Monte-Mor, 2015).

Essa abordagem da questão urbana consolidou soluções e teorias que tratam as dimensões urbanas de maneira isolada. Abordagens frequentemente utilizadas para compreender origens, contextos, escalas, dimensões, reconhecer agentes e fundamentar o planejamento das cidades, muitas vezes trabalham com categorias que não são reconhecíveis em contextos de informalidade ou tradicionais. Pesquisas recentes têm discutido a necessidade de uma perspectiva mais plural no planejamento urbano e a importância de aprender e refletir a partir das formas urbanas consideradas informais, revisitando, assim, essas compreensões universalistas.

Neste contexto, este trabalho propõe que o enfrentamento da crise ecológica e humanitária que o mundo atravessa passa pela crítica do padrão de urbanização universalizado pelo sistema capitalista, e procura evidenciar repertórios amazônicos como tensionamentos e resistências que oferecem possibilidades de mudança de curso.

Em um contexto onde o país, e especialmente a cidade de Belém, se prepara para sediar a 30ª conferência das partes (COP30), em novembro de 2025, o contexto local vê reproduzir o velho e conhecido modus operandi da preparação para megaeventos. Dezenas de obras emergindo sem transparência, sem participação, sem inovação em soluções, privilegiando a área central e nobre da cidade, conhecida como poligonal da COP, enquanto a maior parte da cidade ainda não tem resolvido questões básicas e estruturais, como saneamento básico.

O debate na região se intensifica, tendo em vista a possibilidade da conjuntura de investimentos e de holofotes internacionais e nacionais nos permitir (teoricamente) inovar a partir de arranjos e conhecimentos locais, com práticas historicamente mais resilientes. No entanto, o que se observa é, mais uma vez, a reprodução de projetos urbanos comprovadamente inadequados para os problemas que precisam ser enfrentados, ou a



clássica maquiagem urbana, cujo legado também já nos é conhecido, afinal a memória recente de sediarmos no país copa do mundo e olimpíadas não nos deixa esquecer.

Manter este padrão, que não reconhece os limites da natureza e domina o planeta sem medir consequências, que opera no curto prazo e aposta na superação da crise climática quase que exclusivamente por meio de soluções inadequadas ou de uma revolução tecnológica e informacional, significa negar as pautas ambientais, feministas e raciais, que lutam contra o acúmulo de opressões.

A crise revela, em seu avanço, as fissuras e rupturas que existem neste sistema (Saito, 2021; Fernandes, 2020) e que foram historicamente suprimidas e invisibilizadas. Essas fissuras representam situações que oferecem (ou sempre ofereceram) alternativas ao padrão hegemônico e excludente constantemente imposto. O enfrentamento dessa crise se alinha a essas rupturas e aos debates emergentes, especialmente no Sul Global, nas últimas décadas. Esses debates, que vão desde os movimentos sociais de base até a academia, abordam questões anticoloniais, questionam o conceito de desenvolvimento, incorporam a questão indígena, são antirracistas, feministas, e discutem tecnologias, pós-extrativismo e o bem-viver, compreendendo que são agendas convergentes no enfrentamento das crises e na promoção de uma sociedade diversa e justa (Fernandes, 2020).

Analisar a partir do contexto amazônico destaca a necessidade de reconhecer o repertório existente, possibilitando pensar soluções e alternativas para as crises urbanas. Isso não implica em descartar o conhecimento advindo da tradição ocidental, mas sim em reconhecer sua insuficiência, necessitando reconstruí-lo ao provincializar o urbanismo considerado global (ou assumido como universal), com a clareza de que esse padrão consolidado é a espacialização do modus operandi do sistema capitalista, um sistema que historicamente perpetua e consolida opressões e explorações (Sadowski, 2020; Cardoso, 2021).

Debater essas questões a partir da Amazônia é perceber que nesse contexto existem ciclos de sobreposição de colonização, externa e interna e por isso essas questões aparecem de maneira tão evidente. Desde a implantação do padrão de urbanização europeu que reestruturou as cidades vistas como estratégicas para dominação do território, até imposição de projetos de cidades planejadas, a implantação de grandes projetos de infraestrutura logística e a disseminação de políticas urbanas genéricas que reproduzem a mesma fórmula para o país inteiro. Nestas experiências é possível identificar a ética colonial desenhando a política institucional, consolidando a estética territorial e reproduzindo as técnicas industriais. A situação Amazônica também evidencia a necessidade de desconstruir esses paradigmas e reconhecer o potencial da diversidade ainda (re)existente e construir, a partir desse repertório, comunidades e territórios que se reconhecem, se adaptam e inovam (COE, PAQUET, ROY, 2001).

Neste sentido, esta pesquisa também advoga que as tentativas de padronização vigentes, devam ser combatidas com a emergência de um urbanismo pós-colonial, que seja capaz de circunscrever o provincialismo da discussão eurocêntrica, e assumir as resistências subalternas como seu ponto de partida (ROY, 2011; CHAKRABARTY, 2007). Isto evidenciará melhor os



prejuízos causados pela lógica hegemônica às populações do planeta, e a necessidade de um contraponto à universalidade da urbanização, pautado na compreensão de que a produção da forma urbana é gerada por um processo histórico.

Em um contexto de crise sistêmica, em que já se sabe que as soluções mainstream, baseadas em inovações tecnológicas, não serão acessíveis para toda a população, e também que os mais afetados pelos efeitos dessas múltiplas camadas de crises são a população mais pobre, preta e as mulheres (SHIVA, 2013) - especialmente as mulheres negras e as populações tradicionais e originárias, faz-se necessário repensar esse repertório de cinco séculos de um desenho urbano a serviço do colonizador, fundamentado em epistemicídios, escravidão, redução de direitos e ciclos de retrocessos que constantemente tentam desmontar uma possível narrativa de resistência (LARA, 2020) para construir as bases para um desenho de cidade mais inclusiva onde o poder transformador do espaço impulse também uma nova prática de arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ana Cláudia. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI?. **Revista Thésis**, v. 6, p. 36-53, 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. 1. ed. Estados Unidos: Princeton University Press, 2007. 336 p.

COE, Amanda; PAQUET, Gilles; ROY, Jeffrey. E-Governance and Smart Communities: A Social Learning Challenge. **Social Science Computer Review**, Estados Unidos, v. 19, ed. 1, p. 80-93, 2001. DOI 10.1177/089443930101900107.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Sabrina. Ecosocialism from the Margins. **NACLA Report on the Americas**, [s. l.], v. 52, ed. 2, p. 137-143, 2020. DOI 10.1080/10714839.2020.1768731.

HARVEY, David. **Os sentidos do Mundo: textos essenciais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 416 p.

KEIL, Roger. An urban political ecology for a world of cities. **Urban Studies**, Reino Unido, v. 57, ed. 11, p. 2357-2370, 2020. DOI 10.1177/0042098020919086.

LARA, Fernando. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In: Andreia Mossab; Leo Name (org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Brasil, Vol. 32 n° 94, junho/2017. DOI 10.17666/329402/2017.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto (org.). **Teorias e práticas urbanas: Condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C\Arte, 2015. p. 55-70.



POLANYI, K. **A grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

ROY, Ananya; ONG, Aihwa. **Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global**. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2011. 376 p.

ROY, Ananya. Who's Afraid Of Postcolonial Theory?. **International Journal Of Urban And Regional Research**, Reino Unido, v. 40, ed. 1, p. 200-209, 2015. DOI 10.1111/1468-2427.12274.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021. P. 350.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2013. P. 240.



RESUMO do Trabalho 04

“UM DIA ME DISSERAM QUE AS NUVENS NÃO ERAM DE ALGODÃO”

Aceitei o convite para coordenar e compor o grupo desta proposta para o simpósio temático do Oitavo Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ 8 - Encruzilhadas, Convergências e Dispersões, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 2024, enquanto ocorria a maior enchente que assolava o Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre muitos moradores, como a minha família, já haviam saído da cidade. Uma recomendação da Prefeitura Municipal, em razão da escassez de água potável, cortes de energia elétrica, desabastecimento e inúmeros outros problemas, decorrentes da tragédia que tomava proporções gigantescas.

Sair da cidade não foi tarefa fácil, pois as estradas igualmente tinham sido atingidas, mas nada se compara ao sofrimento daqueles que perderam familiares e amigos, suas casas, pertences e se encontravam em abrigos mantidos com doações e trabalho voluntário. O número de desabrigados era imenso na capital e cidades do interior do estado. Equipes de salvamento de todas as partes do país, em caminhões, barcos, botes, jet-skis e helicópteros, tentavam resgatar, salvar vidas de pessoas e animais, e convencer aqueles que permaneciam em suas casas com receio de perder o que lhes restava devido aos saques. Cenas de guerra!

A tensão e o choque permaneceram durante muito tempo, a chuva não cessava, e a água transbordava, abalando e desativando aeroportos, rodoviárias, barragens, pontes, estradas, abastecimento de água e energia, submergindo cidades inteiras, e bairros populosos.

Tudo fazia lembrar da maior inundações até então já ocorrida na cidade, há mais de oitenta anos. As fotografias da época são reveladoras da catástrofe. Por alguns anos tive o privilégio de trabalhar com o acervo fotográfico de João Alberto Fonseca da Silva, doado pelo autor a uma universidade privada, na qual eu lecionava na época.

João registrou a enchente ocorrida em 1941; e apreciávamos, catalogávamos e divulgávamos o seu trabalho, mas a possibilidade de acontecer algo como o visualizado pelo olhar treinado do eficiente fotógrafo, era tratado como algo remoto, embora possível. Difícil era imaginar algo maior, mais devastador, como o que estamos vivendo em 2024.

Possível porque a cidade considerou, e se preparou para a possibilidade; tanto que, na década de 1970, propôs e executou um complexo sistema composto por diques, muros e bombas, com portões para passagem ao porto, perfeitamente explicado pela professora aposentada da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, e Secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, arquiteta Ligia Botta, em vídeo que viralizou durante a tragédia.

O alerta dado pela especialista foi certo. O trabalho dos técnicos necessita ser respeitado e a manutenção do sistema é uma condição básica para isso. É preciso que se diga que os



arquitetos e urbanistas foram chamados a dar respostas e, inclusive, repensar o sistema de contenção das cheias.

Lembro de uma ocasião particular: o ano de 1995 foi muito marcante na minha trajetória profissional, quando colaborei com a equipe do “Concurso Público Nacional de Ideias: Muro da Mauá”, em que concorreram uma centena de equipes de arquitetos, cujo mote era dar respostas arquitetônicas e urbanísticas a uma parte da cidade localizada junto aos armazéns do porto, ao longo da Avenida Mauá, desde a Avenida Sepúlveda até a Usina do Gasômetro.

Nossa equipe ficou em segundo lugar no certame; que, logo depois, quando da troca da administração e dos gestores políticos, foi engavetado.

Pois é justamente aí que mora o perigo! Deixar para depois o que há muito vem sendo anunciado. Esqueceram, por exemplo, do sistema de contenção das cheias de Porto Alegre. Emergências climáticas que exigirão um plano que contemple a participação coletiva, precauções, ações, e soluções, para além do mesmo. O mesmo já não funciona.

O título desta proposição e resumo foi escolhido como um desejo de que a delicada situação vivida pelo Rio Grande do Sul seja vista de forma mais crítica. O trecho faz parte da letra de uma música, "Somos Quem Podemos Ser", de 1988, composta por Humberto Gessinger, gaúcho que estudou nos anos 1980, assim como eu, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, compositor e vocalista dos Engenheiros do Hawaii.

Podemos citar uma parte da letra dessa música:

"Um dia me disseram

Que as nuvens não eram de algodão

Um dia me disseram

Que os ventos às vezes erram a direção

(...)

Vivendo num país sedento

Um momento de embriaguez

Somos quem podemos ser

Sonhos que podemos ter

Um dia me disseram

Quem eram os donos da situação



enan
paro
8

Sem querer eles me deram

As chaves que abrem essa prisão

E tudo ficou tão claro

O que era raro ficou comum

(...)

Vivendo num país sonolento

Um momento de embriaguez

Somos quem podemos ser

Sonhos que podemos ter (e teremos!)

Um dia me disseram

Que as nuvens não eram de algodão

Sem querer eles me deram

As chaves que abrem essa prisão

Quem ocupa o trono tem culpa

Quem oculta o crime também

Quem duvida da vida tem culpa

Quem evita a dúvida também tem."